



Alexandre Tombini, Nelson Barbosa e Joaquim Levy chegam ao Planalto para anunciar suas propostas para a economia a partir de 2015

“

A estabilização não é contraditória com as políticas de inclusão social. Ninguém vai renunciar a conquistas recentes, vamos simplesmente adequar a velocidade desses programas”

Nelson Barbosa

Futuro ministro do Planejamento

Uma trinca afinada para tocar os ajustes

Levy, Barbosa e Tombini lançaram as primeiras bases da mudança – gradual – da política econômica no segundo governo Dilma. Superávit primário em 2015 será de 1,2% do PIB

Sonia Filgueiras

sonia.filgueiras@brasileconomico.com.br

Brasília

Recuperação da credibilidade da política fiscal com a produção de um superávit primário (a economia feita para pagar juros da dívida pública) de 1,2% do PIB em 2015, e de não menos que 2% em 2016 e 2017; contenção de despesas e inflação convergindo para o centro da meta (4,5%) em 2016. Em resumo, esses são os objetivos imediatos da trinca Joaquim Levy (Ministério da Fazenda), Nelson Barbosa (Planejamento) e Alexandre Tombini (Banco Central), confirmada ontem pela presidenta Dilma Rousseff.

“O objetivo é estabelecer uma meta de superávit primário, para os próximos três anos, compatível com a estabilização e com o declínio da relação dívida bruta do governo geral com o percentual do PIB”, disse Levy em seu primeiro pronunciamento como

indicado para Fazenda. Para tanto, Levy e Barbosa trabalharão em um programa de contenção de despesas e readequação à nova meta, do orçamento de 2015, já enviado ao Congresso Nacional.

Levy sinalizou também que o fluxo de repasses do Tesouro Nacional para os bancos públicos não deve continuar no nível atual. Segundo ele, o superávit de 2% poderá ser atingido “considerando que não haja transferências para bancos públicos e outras fontes de crescimento da dívida bruta”. Levy destacou que o estoque de transferências do Tesouro para instituições financeiras públicas hoje corresponde a 1/4 da dívida mobiliária federal.

Barbosa, por sua vez, indicou que poderá haver mudanças no ritmo de expansão dos gastos sociais, embora o governo, mesmo com o arrocho fiscal, pretenda manter sua política de inclusão. “A estabilização não é contraditória com as políticas de inclusão so-

cial do governo. Ninguém vai renunciar a conquistas recentes, vamos simplesmente adequar a velocidade desses programas ao cenário macroeconômico dos próximos anos”, disse o futuro ministro do Planejamento, que terá suas funções turbinadas. Além de cuidar do Orçamento e dos programas de investimentos do Executivo Federal, como o Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Nelson Barbosa também ficará encarregado de coordenar o programa de investimento em infraestrutura. Hoje, não há uma liderança clara na condução do programa, com ações espalhadas pela Empresa de Planejamento e Logística, pelo Ministério dos Transportes e pela Secretaria de Portos.

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que foi confirmado do cargo, reafirmou que o BC “não será complacente com a inflação”. Ou seja, manterá sua política de juros altos para evitar

que a desvalorização do real e a correção dos preços administrados se espalhem pela economia, tornando outros produtos mais caros. Sua missão é conduzir a inflação a 4,5% até 2016. Mas ele aceitou que, com uma política fiscal mais apertada, seu trabalho poderá ficar mais fácil: “O fortalecimento da política fiscal por meio de um processo consistente e crível de consolidação de receitas e despesas, rigorosamente conduzido, deverá ao longo do tempo facilitar a convergência da inflação para a meta de 4,5% ao ano”.

O trio também procurou deixar claro que atuará em conjunto. Levy e Barbosa, nas medidas de redução de despesas. “São medidas que, não digo graduais, mas sem pacotes nem surpresas”, frisou, acrescentando que serão construídas em conjunto. Também acrescentou que há tempo para concebê-las. “A gente não está em um momento de crise”, disse, lembrando que há um trabalho de transição em curso para um governo que foi reeleito e assumirá em janeiro. “Nossa proposta é construir juntos, ver todas as consequências (das medidas) para o atingimento das metas, que há um compromisso absoluto da presidenta que sejam alcançadas”, disse o futuro ministro da Fazenda. “Atuando de forma independente, mas complementar, as políticas fiscal e monetária certamente serão cruciais para a retomada da confiança de empresários e consumidores na economia”, reforçou o presidente do Banco Central.

O futuro ministro Joaquim Levy sinalizou que o fluxo de repasses do Tesouro Nacional para os bancos públicos não deve continuar no nível atual